

A PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR E O PROCESSO DE “INTEGRAÇÃO”: O EXEMPLO DOS AVICULTORES INTEGRADOS DA REGIÃO SUL CATARINENSE.¹

Fernando Goulart Rocha (UFSC/IFSC)

Santa Catarina, estado da Região Sul do Brasil, caracteriza-se pelo predomínio da estrutura minifundiária no campo. Tais minifúndios estão ancorados na agricultura familiar, responsável pela produção dos mais diferentes produtos agrícolas ou pecuários. Nas pequenas propriedades, de maneira geral, há uma variedade de produtos destinados ao consumo da própria família e comercialização do excedente. A diversificação da produção é uma das estratégias para a permanência da população no campo, embora estejam enclausurados em estreitas extensões de terra. Conforme Graziano da Silva (1981: p. 35), “as pequenas propriedades [no Brasil] possuem uma maior produção por unidade de área. Entretanto, essa maior produção não é fruto na grande maioria dos casos de uma real capitalização do imóvel, mas resulta, sim, da extensão da jornada de trabalho do produtor e de toda sua família.”

Segundo dados do PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar), estima-se que a agricultura familiar catarinense seja de 180 mil famílias, representando mais de 90% da população rural. Tais famílias de agricultores ocupam, entretanto, somente 41% da área total dos estabelecimentos rurais, apesar de responderem por mais de 70% do valor da produção agropecuária.

A região sul catarinense exemplifica a projeção e as demandas da agricultura familiar no espaço rural do estado. Nessa região, encontram-se instalados, nas propriedades rurais, aviários que fornecem matérias-primas para os complexos agroindustriais avícolas instalados nos municípios de Nova Veneza e Forquilha. Essas empresas mantêm, como subsídio às atividades de abate e comercialização da produção de frangos, relações de integração com pequenos produtores familiares. Neste espaço, da pequena produção, a construção de galpões para aves é padronizada e controlada a fim de atender às exigências das agroindústrias.

O sistema integrado na avicultura apresenta-se como importante estratégia de reprodução do capital para os proprietários dos meios de produção, haja vista que as agroindústrias se beneficiam do trabalho dos pequenos produtores rurais a fim de aumentar seu capital através dos contratos de integração. Para os pequenos produtores, diante os desafios impostos com vistas a melhoria das condições sociais sua e da família, sobretudo entre aqueles excluídos do processo de acesso ao crédito e das políticas de mecanização agrícola, a integração teve por consequência a reorganização dos processos de trabalho e a subordinação da produção familiar ao capital agroindustrial.

A pequena produção familiar e os contratos de integração na região sul catarinense

Nas últimas décadas o espaço rural brasileiro, e as atividades agrícolas que nele se inscrevem, foram sobremaneira transformados com o advento da urbanização acelerada e as mudanças impostas à agricultura a fim de sustentar o modelo de crescimento econômico pretendido. De um lado, houve forte tendência à especialização das áreas de produção agrícola e políticas dirigidas principalmente a atender à agricultura de *commodities*. Dessa maneira, não por menos, a produção brasileira de grãos teve das

¹ Eixo Temático: Problemática dos espaços agrários.

políticas do Estado nacional atenção particular. Tais cuidados levaram o país a tornar-se, hoje, um dos principais produtores mundiais de arroz, soja e milho, e figurar entre aqueles com maior taxa de mecanização agrícola.

Ao lado de uma agricultura aliada à ciência e à tecnologia, com alto grau de especialização produtiva, apresenta-se, contudo, no Brasil, uma outra marcada por desmandos e desigualdades de todos os tipos, entre os quais de acesso à terra e à concentração fundiária. Como se sabe, a distribuição desigual das terras, com o desequilíbrio entre latifúndios e minifúndios, é um dos maiores problemas a ser enfrentado no espaço rural brasileiro. Nas pequenas propriedades, prevalece a ocorrência de uma variedade de produtos destinados ao auto-consumo da família e de comercialização do excedente. Como destacou Graziano da Silva (1981), a diversificação de produtos nas pequenas propriedades é fundamental para sobrevivência da família no campo em função das limitações de ocupação em virtude da extensão de terras que possuem.

Entretanto, a diversificação da produção nas pequenas propriedades, não é acompanhada de financiamentos públicos satisfatórios à pequena produção, o que resulta em pouca capacidade em elevar a produtividade. Para os agricultores familiares, a produção e permanência no campo é praticamente inviável, o que leva a sobreviverem da atividade a que se dedicam, em geral, por impossibilidade de escolhas ou mudanças, especialmente para aqueles que não têm condições financeiras de investir na propriedade. Nesse sentido, de acordo com Guanzirolli (2001), os produtores familiares da Região Sul do Brasil podem ser divididos em produtores capitalizados e não capitalizados. Os capitalizados seriam aqueles que utilizam de forma intensiva os recursos da terra, do trabalho e do capital; movimentam volumes de capital de giro e apresentam forte vínculos com o mercado de insumos, maquinários e agroindústrias. Os produtores descapitalizados, por sua vez, são aqueles cuja renda obtida com a atividade praticada no estabelecimento é muito pequena ou insuficiente para manter a família.

Diante tal quadro, torna-se notável as estratégias do pequeno produtor em permanecer reproduzindo-se no campo, especialmente no contexto das relações capitalistas de produção, a fim de viabilizar sua situação financeira e social. Conforme Graziano da Silva (1981: p.38), neste caso, “a agricultura familiar ainda consegue desenvolver-se em condições precárias pelo fato de não contabilizar seus gastos com a mão-de-obra, pois grande parte dela é composta pela própria família.”

Com o desafio de melhorar as condições de vida sua e da família, por meio da diversificação produtiva na pequena propriedades, os produtores familiares assumem os contratos de integração com os grupos agroindustriais como forma de manterem-se no campo. A diversificação sempre foi procurada pelos pequenos produtores a fim de melhorar sua renda. Nesse sentido, como destacou um dos produtores entrevistados, “a instalação do aviário em minha propriedade foi para diversificar a renda da família, já que dependia somente da produção do fumo.”

Em “Globalização e a pequena produção integrada”, Pizzolatti (1996), analisando os contratos de integração na região oeste de Santa Catarina, ressaltou que no intuito de diversificar a produção, parte dos produtores familiares passaram a criar aves e suínos dentro do esquema conhecido por “integração”. No processo de integração vertical, os pequenos produtores subordinam-se a uma estrutura organizada pelo poder econômico, representado por grandes empresas “integradoras”. Tal sistema realiza-se através de contratos firmados entre produtores e agroindústrias.

Nas agroindústrias avícolas, segundo Michels (2004: p.54), “os contratos de integração determinam que os frangos serão criados por este proprietário - denominado integrado – que recebem aves, ração, pinto, medicamentos e assistência técnica da empresa integradora, que por sua vez será a única e exclusiva compradora.” Na região sul

catarinense os contratos de integração são estabelecidos da seguinte maneira: as agroindústrias utilizam as instalações da propriedade e fornecem os insumos para o crescimento das aves. Ao produtor cabe a administração dos insumos e a condução da atividade, bem como com a disponibilização dos ativos: terreno próprio ou arrendado; termo de ajustamento à legislação ambiental; construção do aviário; disponibilidade de água suficiente e de qualidade; higiene e organização do criadouro.

Durante os trabalhos de campo foram realizadas entrevistas com produtores integrados e técnico agrícola da agroindústria Seara Alimentos. Identificaram-se nos municípios de Maracajá, Forquilha e Nova Veneza propriedades dedicadas aos contratos de integração. Em uma das propriedades visitadas, no município de Maracajá, além da produção integrada de aves, a propriedade também se dedicava à produção de fumo em folha como forma de diversificação no uso da terra e melhor aproveitamento da mão-de-obra familiar. Em Nova Veneza, a propriedade visitada apresentava a criação associada de gado e aves.

Uma das dificuldades na realização de entrevistas foi a resistência dos produtores integrados no fornecimento de dados para a pesquisa. Durante os trabalhos de campo, a recepção dos pesquisadores nas propriedades pelos produtores foi bastante calorosa. Entretanto, quando questionados sobre o teor dos contratos de integração, os produtores mostraram-se arredios e não se habilitaram a responder algumas das questões levantadas. Nas palavras de um deles: “não vamos fornecer nenhum dado sem que a empresa autorize, pois temos contrato a ser cumprido e essa pesquisa pode complicar nosso contrato”. Nota-se, assim, persuasão e intimidação das agroindústrias sobre os produtores familiares em relação à natureza dos contratos de trabalho estabelecidos.

Foi possível verificar, em campo, nas propriedades visitadas, a recomendação das empresas para a cor vermelha dos aviários, cercados com telas, para que outros animais não se aproximem das aves (figura 1). Na entrada das propriedades há um arco sanitário, que serve para dedetizar o caminhão de entrega e recebimento de lotes. Em algumas, observou-se também a presença de chuveiros para que os funcionários que carregam os caminhões tomem banho antes de entrarem nos aviários, a fim de evitar a possível contaminação das aves ou transmissão de doenças de um aviário a outro por meio do contato humano com os animais.



Figura 1: Aviário de produtor integrado no município de Forquilha – SC.
Foto: Fernando Goulart Rocha.

A respeito dos cuidados expostos, um dos produtores relatou que há muita exigência por parte das agroindústrias na instalação de equipamentos e melhorias na propriedade. Entre as exigências estão o zelo com o aviário (manutenção da pintura, cercas, compostagem, arco sanitário e higienização periódica). Além disso, conforme o produtor, “eles [as agroindústrias] exigem melhorias na estrutura para prevenção de doenças.” A instalação dos aviários deve seguir o sentido leste-oeste, para que o sol incida sobre a cumieira e distribua igualmente a luz em ambos lados do criadouro. Dessa maneira, evita-se que as próprias aves se aglomerem em determinada área, podendo causar danos à criação.

Em relação às adequações de ajustes e padronização dos aviários, verificou-se que, apesar das exigências feitas pela empresa, os custos com os ativos nas propriedades cabem, em geral, ao produtor. Um dos técnicos da empresa integradora entrevistado ressaltou que a modernização da propriedade ocorre somente se o proprietário desejar, ou seja, a empresa não exige do produtor que instale equipamentos além dos recomendados nos aviários.

Todavia, de acordo com os produtores integrados, há tecnologias de produção os quais são obrigados a adquirir em troca de manterem os contratos. Além disso, os próprios produtores integrados concorrem entre si para equiparem suas propriedades. Como os produtores são classificados em A, B e C (dependendo do volume e qualidade de produção), os técnicos agrícolas das agroindústrias incentivam a instalação de novas tecnologias, destacando que os produtores do tipo A são assim classificados porque “modernizaram” suas propriedades. Os técnicos são peças fundamentais para a divulgação dos “altos lucros” que os produtores “modernos” obtiveram a partir da instalação de novas tecnologias de produção nas propriedades.

Para a aquisição de implementos e demais tecnologias, a empresa integradora não realiza empréstimos para os produtores, mas mantém convênios com os Banco Real e Banco do Brasil. A empresa coloca-se apenas como “facilitadora”, auxiliando nas questões burocráticas e encaminhando os produtores aos bancos para obterem os empréstimos. Em geral os bancos realizam empréstimos de até 70% do custo total do aviário e o restante é investido pelo próprio produtor.

De acordo com entrevista realizada com um dos produtores, torna-se importante destacar que durante a instalação do aviário há investimentos elevados, sendo a depreciação da construção relativamente rápida. Daí decorre, segundo o produtor, que “a estrutura vai ficando precária e, endividado, o produtor não possui mais capital para a reforma do aviário”.

A empresa integradora, por sua vez, longe de contribuir com o produtor integrado, apenas propõe que seja criado pelo integrado um fundo de reserva em dinheiro para as melhorias que forem necessárias durante a permanência do aviário na propriedade. Assim, resalta o produtor, “pessoas são iludidas instalando aviários em sua propriedade, pois o custo das instalações tem um aumento significativo e, ao contrário, o preço pago por lote não acompanha esse crescimento.” A ilusão destacada pelo produtor se deve a conclusão de que os ganhos que chegam às mãos do produtor não atendem aos custos com a manutenção dos aviários e o trabalho dispensado na atividade. De acordo com o integrado, com o montante recebido, o produtor “é obrigado a pagar energia e funcionários quando não dispõe de mão-de-obra na propriedade. Na minha opinião está inviável instalar aviário, isto que não tenho filho ou empregados que me auxiliem nas atividades.”

Nas entrevistas realizadas no município de Forquilha, observa-se que a secretaria municipal de agricultura incentiva o processo de integração, desenvolvendo uma série de políticas que influenciam os produtores a tornarem-se integrados. Conforme entrevista realizada com o secretário de agricultura, há parceria entre a prefeitura e os produtores interessados na instalação de aviário nas propriedades. Durante a instalação do

aviário nas propriedades, a prefeitura fornece máquinas, aterro e seixos, que são distribuídos entre os produtores. Segundo o secretário havia políticas para a agricultura municipal de maneira geral, mas é de interesse da administração municipal a instalação de aviário propriedades. De acordo com o discurso político, a instalação dos aviários culmina com a diversificação da produção e renda nas propriedades, assegurando a permanência do agricultor e de sua família no campo e, conseqüentemente, elevando a renda do município.

Com o intuito de analisar questões acerca da agroindústria integradora foi realizada entrevista com o técnico agrícola responsável pela supervisão dos aviários da agroindústria Seara Alimentos, sediada no município de Forquilha. O técnico agrícola ressaltou que a distribuição dos produtores integrados na região sul do estado de Santa Catarina está orientada no sentido Norte-Sul, de Lauro Muller a Passo de Torres. A empresa contava em 2006 com 450 integrados, sendo que apenas em Forquilha, 34 produtores eram capazes de administrar a criação de aproximadamente 607.000 aves. O abate mensal médio da empresa, na Unidade de Forquilha, era de 4 milhões de aves naquele ano.

Atualmente a empresa exporta para países da Europa, Ásia, África e América do Norte. A empresa possui nove unidades produtoras, as quais sete são abatedouros de aves e duas de suínos. As unidades produtoras estão distribuídas no Brasil pelos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Em Santa Catarina as unidades avícolas estão localizadas nos municípios de Itapiranga, Jaraguá do Sul, Forquilha e Seara. Nesse último município está estabelecida também uma das unidades de processamento de suínos. A unidade avícola no Paraná está localizada em Jacarezinho. Em São Paulo, no município de Nupuranga. No Mato Grosso do Sul, a unidade avícola está sediada em Sidrolândia e a de suínos em Dourados. Entre os produtos processados pela empresa estão cortes de frango, miúdos e subproduto de desosso de aves.

Os contratos de integração entre agroindústrias e pequenos produtores é vantajoso para a empresa, pois ocorre a transferência de responsabilidade do frigorífico para o produtor. Segundo o técnico agrícola entrevistado, as vantagens são a utilização do espaço físico da propriedade, dispersando regionalmente os aviários sem que a empresa tenha que arcar com a compra de terrenos, mão-de-obra especializada e de baixo custo para acompanhamento do crescimento dos frangos.

Para os produtores, apesar das nítidas desvantagens nos acordos de criação integrada das aves, o técnico agrícola também apontou pontos positivos para o firmamento de tais contratos. Para o técnico agrícola, as vantagens para o produtor com a instalação dos aviários em sua propriedade é que a cada sessenta dias, quando os frangos estão prontos para o abate, há renda na propriedade, pois acontece o pagamento da produção. O produtor tem a segurança da venda, sem preocupar-se com as oscilações de preço no mercado.

O discurso da “segurança de venda” nos contratos de integração é o mais frequente no processo de convencimento do produtor em aderir ao sistema. Como a pequena produção familiar é caracterizada por fraca inserção e barganha de mercado, torna-se fácil convencê-la de que a garantia de venda é fator oportuno para investirem na criação integrada de frangos. Na região sul catarinense a mesma estratégia é empregada para convencerem os pequenos produtores integrados de fumo. Nos dois casos, a submissão dos pequenos produtores às empresas integradoras assumem tamanha projeção que, em pouco tempo, as propriedades passam a se dedicar exclusivamente apenas a uma dessas atividades e, às vezes, mesmo às duas.

Nas propriedades visitadas são produzidas, em média, seis lotes anuais de frangos vivos para abate, sendo pago aproximadamente quatro mil reais por esse montante. Com a entrega do lote, retira-se a “cama de aviário”. A cama de aviário, de acordo com Giroto e Avila (2003), objetiva evitar o contato direto das aves com o piso, servir como substrato

de absorção da água, incorporar fezes e penas, e contribuir para reduzir as oscilações de temperatura do galpão. Os materiais utilizados para o acamamento são geralmente casca de arroz ou sabugos de milho, restos de cultura do milho ou serragem. Com a entrega do lote, a “cama” é comercializada ou serve de adubação para a lavoura. O período de alojamento dos frangos nas propriedades é de quarenta e dois dias para os frangos machos e de quarenta e nove dias para as fêmeas. A cada novo lote ocorre a reposição da “cama”, com materiais novos e higienizados.

Além do acamamento, a instalação dos aviários nas propriedades requer o cumprimento de uma série de outras exigências. De acordo com o supervisor técnico da empresa, é necessário que o produtor possua terreno que comporte a instalação do aviário no sentido leste-oeste, com no mínimo cinco hectares. Os produtores devem se adequar às determinações da legislação ambiental, preservando as nascentes, cursos de água e a construção do galpão deve manter distância de pelo menos vinte metros de construções, extremas de outros terrenos e rodovias. Todos os produtores devem dispor de água em quantidade e qualidade para o abastecimento e higienização do aviário, devendo dedicar-se à organização e zelo pelas aves durante a produção do lote. No tocante aos contratos de integração, os produtores são responsáveis em seguir o que estabelece a “parceria” entre a agroindústria e o “parceiro criador.”

Durante a realização das entrevistas com os produtores foi possível perceber que somente um deles tinha conhecimento pleno dos requisitos impostos pela empresa integradora. Os demais somente destacaram a importância em possuir terreno. Nesse contexto, notou-se que os produtores de maneira geral pouco contestam as exigências feitas pelas agroindústrias. Desse modo, não reivindicam por melhorias ou contrapartidas mais vantajosas, apesar de apontarem os produtores para os prejuízos que têm ocorrido nos últimos anos com o valor pago pelos lotes, bem como a elevação do grau de comprometimento com a atividade que tem sido cobrado pelas empresas.

Todas as exigências são estabelecidas através de contrato entre agroindústrias e produtores. O contrato é firmado por tempo indeterminado e especifica que o produtor assume as responsabilidades pela manutenção do aviário e pela criação das aves. Segundo os produtores e o supervisor técnico entrevistados, a rescisão do contrato de integração pode ser requisitado tanto pelo produtor quanto pela empresa.

A rescisão contratual por parte do produtor deve ser realizada por meio de comunicação à empresa com antecedência de sessenta dias. A comunicação deve especificar os motivos que levaram o produtor ao cancelamento do contrato (desmotivação, troca de empresa ou desativação). A rescisão por parte da empresa acontece a partir do momento em que determinado produtor não está mais atendendo as exigências e metas estipuladas.

O técnico ressaltou que praticamente não há rescisão de contrato por parte da empresa, pois quando acontece o descontentamento, o produtor é chamado para orientação e redimensionamento do acordo previamente indicado. Os descontentamentos, segundo os produtores, dizem respeito principalmente à qualidade dos lotes entregues. Os lotes são classificados em termos qualitativos em três grupos: A, B e C. Quando o produtor entrega três lotes seguidos classificados como “C”, inferior, este recebe uma advertência. A advertência, de imediato, significa que o produtor deve melhorar a produção e se readequar às exigências da empresa.

Para que não ocorra problemas com a produção, a agroindústria assiste ao produtor duas ou três vezes por lote, ou quando é requisitado pelo produtor, caso venha a ocorrer algum problema emergencial como mortalidade ou doenças. Nos produtores iniciantes a visita é realizada a cada dois dias. Durante a assistência, medicamentos, vacinas, inseticidas, raticidas e demais insumos aplicados são fornecidos e administrados no aviário unicamente pela empresa, não sendo permitido a compra ou consulta a terceiros. O

técnico consultado alegou, nesse sentido, que a restrição se deve às demandas pela sanidade dos frangos exigidos pelo mercado e pelos órgãos de defesa do Estado.

A fim de verificar as condições de sanidade, a cada entrega de lote são analisados resíduos de eventuais produtos veterinários. Nesse momento, como relatou um dos produtores, caso sejam detectados presença de substâncias não recomendadas pela equipe técnica da empresa integradora, a informação é encaminhada ao Ministério da Agricultura. Nesse instante, alegam os técnicos supervisores, toda a responsabilidade pelo uso inadequado desses produtos recai sobre o “parceiro produtor”. A ocorrência desse fato, para a empresa, é motivo para rescisão imediata do contrato e o integrado responderá pelas perdas e danos ocasionadas.

O pagamento dos insumos fornecidos pelas agroindústrias no manejo sanitário é descontado do produtor na entrega do lote. O uso de alguns produtos podem refletir em perdas e redução no crescimento das aves prejudicando finalmente a renda do produtor, destacou um dos integrados. A instalação do aviário nas propriedades exige trabalho do produtor em tempo integral. Como exposto por um dos produtores: “domingo e dia de semana é tudo igual”. Além disso, “somos obrigados a acordar a qualquer hora da noite para supervisionar o aviário (...) estou cansado, isto mata a pessoa, vai te consumindo”.

O pagamento pelos lotes de frangos é realizado através da eficiência de mão-de-obra. A remuneração está atrelada, grosso modo, à relação entre quantidade de ração utilizada na produção do lote e o total de quilos de carne obtido com o abate dos frangos. Na propriedade, o pagamento, segundo a empresa, está relacionado com a eficiência e cuidados do produtor com o manejo das aves. Nas palavras de um dos produtores, a respeito do pagamento pelos lotes diante do contrato de integração estabelecido com a agroindústria integradora, “trabalhar com a Seara é bom, mas deveria melhorar o pagamento pela produção (...), deveria haver uma melhor distribuição de renda, pois a maioria da produção é destinada ao mercado externo, assim somos empregados de outros países: produzimos bastante e comemos o resto.”

Considerações finais

A produção integrada na avicultura é um dos traços da economia rural sul catarinense. Nesse sentido, durante a década de 1990, a instalação das empresas Agroavícola Vêneto (Agroveneto) e Seara Alimentos, contribuiu para a redefinição das relações de produção em parte do espaço rural regional. A fim de viabilizar os processos de processamento de frangos em larga escala, tais empresas passaram a estabelecer contratos de “integração” com os pequenos produtores locais. Os contratos de integração vertical entre agroindústrias e pequenos produtores permitiu o fracionamento das atividades das empresas, reiterando no espaço regional traços bem definidos da divisão territorial do trabalho.

Nos municípios, a articulação da pequena produção ao capital agroindustrial correspondeu à expansão no número de aviários nas propriedades rurais. A mão-de-obra empregada nos criatórios é frequentemente familiar, apesar de, circunstancialmente, acontecer relações de assalariamento entre produtores rurais e trabalhadores contratados para execução de tarefas requerentes pela atividade. Nas áreas rurais, a avicultura integrada vem ganhando espaço frente a culturas tradicionais, como a bananicultura e as culturas agrícolas temporárias (entre elas a do milho, da mandioca, do feijão e da cana-de-açúcar). De acordo com os pequenos produtores, a avicultura integrada significa garantias de retorno aos investimentos na produção, ao passo que as culturas tradicionais tornam-se

fragilizadas pela insegurança na comercialização e oscilação de preços da produção no mercado interno.

No espaço rural, como bem destacou Pizzolatti (1996), as relações de integração significam, para os pequenos produtores, uma estratégia de diversificação da renda e aproveitamento da mão-de-obra familiar nas propriedades. Todavia, uma análise criteriosa evidencia que o processo de integração leva a subordinação do pequeno produtor à empresa integradora, demonstrando que o produtor integrado passa a ser constantemente desafiado no que tange viabilizar sua condição financeira e social.

Nessa direção, se por um lado, a avicultura integrada, no discurso da empresa e do Estado está ancorada no discurso de valorização do trabalhador rural e na possibilidade de que permaneça no campo; na prática tem-se percebidos cenários inversos, com o avanço das situações de dificuldades econômicas e de permanência da população rural no campo. Dessa maneira, a expansão horizontal, no contexto da ampliação da rede de produtores integrados às agroindústrias, tem resultado tanto na reduzida inserção dos mais jovens na atividade (ROCHA, 2004; STROPASOLAS, 2002), quanto atuado negativamente sobre o valor final pago ao produtor pela atividade. Nesse contexto, diante as exigências de estrutura de produção montada, conforme determinações da empresa integrada, e o comprometimento com a produção, sob o pretexto de perda dos investimentos realizados, o pequeno produtor tem se mostrado refém dos ditames do capital agroindustrial instalado nessa região do estado.

Referências Bibliográficas

- GIROTTO, A. F.; AVILA, V. S. de. Cama de aviário – análise econômica de materiais alternativos. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2003. Disponível em: <<http://www.cnpsa.embrapa.br/index.php?ids=Sq4r54z6x&pg=1&ano=2003>> Acesso em: 05/02/2009.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 192p.
- GUANZIROLI, C. H. *A agricultura familiar e a reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 218p.
- MICHELS, Ido Luiz. *Avicultura*. Campo Grande, MS: UFMS, 2004. 158 p.
- PIZZOLATTI, R. L. *Globalização e a pequena produção “integrada”*. Geosul: Florianópolis, v. 11, n. 21/22, p.92-105, 1996.
- ROCHA, F. G. *Os subespaços rurais na expansão urbana de Araranguá – SC*. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Dissertação (Mestrado). Florianópolis, 2004. 160p.
- STROPASOLAS, V. L. *O mundo rural no horizonte dos jovens : o caso dos filhos (as) de agricultores familiares do Ouro/SC*. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado. Tese (Doutorado). Florianópolis, 2002. 277 f.